

Yuri Martins Fontes / Patricia Mechi  
(organizadores)

# HISTÓRIA E LUTAS SOCIAIS

a classe que trabalha em movimento



PUC-SP

edue

# HISTÓRIA E LUTAS SOCIAIS: A CLASSE QUE TRABALHA EM MOVIMENTO

Yuri Martins Fontes

Patrícia Mechi

(organizadores)

Vera Lucia Vieira

(Coordenadora)

**educ**



São Paulo  
2019



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

*Reitora: Maria Amália Pie Adib Andery*

**educ**

Editora da PUC-SP

*Direção: José Luiz Goldfarb*

*Conselho Editorial*

Maria Amália Pie Adib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duck Marques

História e lutas sociais : a classe que trabalha em movimento / Yuri Martins Fontes, Patícia Mechi, organizadores; Vera Lucia Vieira, coordenadora. - São Paulo : EDUC, Brasília : CAPES, 2019.

recurso on-line : e-book

Bibliografia.

ISBN: 978-85-283-0642-2

1. Movimentos sociais. 2. Movimentos sociais - Brasil. 3. Movimento trabalhista. 4. História social. I. Fontes, Yuri Martins. II. Mechi, Patrícia. III. Vera Lucia Vieira.

CDD 303.484

322.2

303.09

Bibliotecária: Carmen Prates Valls- CRB 8a./556

EDUC/CAPES - Processo 2016: 88881.122258/2016-01

EDUC/CAPES - Processo 2017: 88881.139871/2017-01

*Produção Editorial*

Sonia Montone

*Realização dos volumes*

Equipe Adhilac-Brasil

*Editoração Eletrônica*

Gabriel Moraes

Waldir Alves

*Coordenação*

Profa. Dra. Vera Lucia Vieira

*Administração e Vendas*

Ronaldo Decicino

*Editor assistente*

Ms. João Leopoldo e Silva

*Editora assistente e Capa*

Paola de Ávila Barbosa

A Preparação e a Revisão dos textos são de responsabilidade dos organizadores e dos autores do livro.

**Editora da PUC-SP**

Rua Monte Alegre, 984 – sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085

E-mail: [educ@pucsp.br](mailto:educ@pucsp.br) – Site: [www.pucsp.br/educ](http://www.pucsp.br/educ)

---

# SUMÁRIO

---

## APRESENTAÇÃO

### **HISTÓRIA E LUTAS SOCIAIS DE CLASSE – um panorama do contemporâneo ..... 5**

Yuri Martins Fontes

Patrícia Mechi

### **TRABALHADORES E COMUNICAÇÃO POPULAR – SÃO PAULO, 1970-1990 ..... 13**

Heloisa de Faria Cruz

## **OS MORADORES QUEREM VOTAR:**

### **Santos e sua luta pela autonomia política (1983-1984)..... 23**

Dayane Santos Araujo

### **TRAJETÓRIAS DE LUTA E DE ORGANIZAÇÃO POPULAR POR MORADIA NA PERIFERIA DE SÃO PAULO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985) ..... 33**

Edimilson Peres Castilho

### **“SOMOS MAIS QUE MEIA DÚZIA!” A luta por moradia e dignidade dos sobreviventes da tragédia de janeiro de 2011, em Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro..... 41**

Ronaldo Sávio Paes Alves, Jeane Barbosa de Souza, Natalia Pimentel de Queiroz

## **JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, ANISTIA E MEMÓRIA:**

### **uma análise da ação de descumprimento de preceito fundamental**

### **nº 153 e suas consequências para a sociedade brasileira..... 53**

Luiz Antonio Dias, Rafael Lopes de Souza, Tharsila Helena Paladini Augusto

### **O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS TRINTA HORAS SEMANAIS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA: avanços e desafios ..... 65**

Claudia Lima Monteiro

### **CAMPONESES FAXINALENSES E OS CONFLITOS E LUTAS PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: questões entre a identidade coletiva e classe social ..... 75**

Solange Struwka

### **A PERIFERIA CONTRA O ESTADO? Para escapar das ciências tristes..... 89**

Alana Moraes, Henrique Z. M. Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible, Salvador Schavelzon

### **LOS RECIENTES MOVIMIENTOS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA, EL CASO COLOMBIANO..... 97**

Mauricio Archila Neira

---

# A PERIFERIA CONTRA O ESTADO?

## Para escapar das ciências tristes\*

Alana Moraes\*\*  
Henrique Z. M. Parra\*\*\*  
Hugo Albuquerque\*\*\*\*  
Jean Tible\*\*\*\*\*  
Salvador Schavelzon\*\*\*\*\*

---

*Cagaram mil e uma regras de conduta  
Eu mandei para a puta que pariu  
E sorri, feliz.*  
Jeniffer Nascimento<sup>1</sup>

Em março de 2017, a Fundação Perseu Abramo apresentou os resultados da pesquisa *Percepções na periferia de São Paulo*.<sup>2</sup> O trabalho era destinado, nas suas próprias palavras a “compreender, de forma profunda e detalhada, os elementos que têm formado a visão de mundo e o imaginário social nas periferias da cidade de São Paulo”. Dentre suas conclusões, o estudo considerou que “a mistura entre valores do liberalismo, do individualismo da ascensão pelo trabalho e do sucesso pelo mérito, com valores mais solidários e coletivistas relacionadas à atuação do Estado, à universalização de direitos, à ampliação da inclusão social, permeiam a visão de mundo e o imaginário dessa nova classe

trabalhadora das periferias de São Paulo”, gerando intensos debates e conclusões peculiares. A pesquisa da FPA foi movida, entretanto, por uma pergunta inicial: “Por que os pobres não votam mais no PT? ”.

A pesquisa, no entanto, diz muito mais sobre si mesma e sobre a “visão de mundo” que a informa, do que potencializa novas perguntas e entendimentos sobre os processos sociais em curso. Curioso também observar as leituras que surgiram dos resultados publicados. De um lado, uma esquerda que se apresenta esgotada, que sem assumir uma crise de paradigma constata que o território que pensava como próprio foi ocupado pelo inimigo. De outro lado, aparece uma direita triunfalista, que celebrou com matérias ou editoriais nos grandes jornais os resultados da pesquisa da FPA, no que aparece para eles como “capitulação” do estatismo de horizonte socialista frente a um liberalismo que é pano de fundo de uma sociedade “aberta”, do livre mercado, o mérito e o encerramento do conflito ideológico no campo social.

A pesquisa serve a ambos os propósitos. Porém, outras possíveis leituras se abrem nas fissuras e que permitem escapar de um mundo de binarismos, homogeneizações, e guerras culturais ancoradas nas disputas ideológicas do século XX. Esses lugares são os que mostram que a história não acabou, mesmo que algumas formas de construção política, de fato, não sejam mais possíveis. Bairros organizados para lutar por moradia e transporte, respostas políticas da população que não necessariamente se alinham ao jogo eleitoral. Como dizem os zapatistas: “Queremos que se ergam escolas para a formação de cientistas, não oficinas disfarçadas de escola que ensinam só ofícios de trabalho ao serviço do capitalismo (mão de obra barata e mal qualificada)” (ENLACE ZAPATISTA, 2017).

Um trânsito sinuoso, de ondulações e curvas, mostra também a possibilidade de outra ciência e outra política. Nesse texto, defendemos a urgência de

---

\* Os autores colaboram com o projeto editorial *Urucum*: <https://urucum.milharal.org>. Este texto está licenciado de acordo com *Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International License*: [creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0).

\*\* Feminista, antropóloga, e coorganizadora de *junho: potência das ruas e das redes* (F. Ebert, 2014) e *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil* (F. EBERT, 2015). Contato: [alana.ufrij@gmail.com](mailto:alana.ufrij@gmail.com).

\*\*\* Sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp, e pós-doutorando no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (RJ) e no Instituto de História do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha (CAPES n. 88881.119261/2016-01). Contato: [polart@riseup.net](mailto:polart@riseup.net).

\*\*\*\* Advogado, editor da *Autonomia Literária*, ativista, e mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP. Contato: [htaa1987@gmail.com](mailto:htaa1987@gmail.com).

\*\*\*\*\* Militante, professor de Ciência Política na USP, autor de *Marx selvagem* (Annablume, 2013) e coorganizador de *Junho: potência das ruas e das redes* e de *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil*. Contato: [jeantible@usp.br](mailto:jeantible@usp.br).

\*\*\*\*\* Antropólogo e professor da UNIFESP. Contato: [schavelzon@gmail.com](mailto:schavelzon@gmail.com).

1. NASCIMENTO, Jeniffer. Antitese. *Academia Periférica de Letras*, 03, 03, 2016. <<http://academiaperifericadeletras.blogspot.com.br/2016/03/jennyffer-nascimento.html>>

2. <[Http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA-04042017.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA-04042017.pdf)>

pensarmos formas de conhecimento que não pretendem completar o trabalho da civilização ou do catequismo, e que também não assumem como episteme as fronteiras impermeáveis de um indivíduo-cidadão, da sociedade organizada pelo Estado, nem do mercado, do trabalho e da propriedade privada como únicos, permanentes e estáveis de organização (CLASTRES, 2003).

Todo o debate gerado em torno da pesquisa, nos fez pensar também que disputar o que “são” os pobres é uma armadilha que só pode ser desativada por outras práticas de pesquisa, outros lugares de posicionamento. Essa inquietação a respeito do fundo no qual as questões foram postas nos parece um bom problema de partida: que modos de conhecer podem contribuir para a criação e potencialização de projetos coletivos de autonomia?

## Descer a torre e pensar pelas frestas: ritos de desautorização

“Por que os pobres não acreditam mais em nossa promessa de salvação?.” É uma pergunta que ecoa através das décadas. Nas teorias clássicas do populismo, ao menos na sua primeira geração, os pobres eram “cooptados”, imersos em uma cultura rural e atávica cujo sentido era conferido pelas relações clientelistas. Estávamos fadados a ter uma classe trabalhadora vulgar, sem consciência, movida por interesses econômicos individuais, quase sempre manipulada. As teorias sociológicas que afirmavam tais determinações estavam lá para comprovar – isso, é claro, até migrantes nordestinos do ABC paulista restituírem de vez a dignidade da classe contra a teoria. Na cidade de São Paulo, o sindicalismo da oposição metalúrgica (2014), nesse mesmo período, produzia intelectuais-operários e convocava intelectuais das universidades para pensar as possibilidades de luta e autonomia dentro das fábricas. A explosão do movimento operário nos anos 1970/1980 em São Paulo, assim como os movimentos populares de bairro, emergiam na cena política questionando a velha divisão entre sujeito e objeto, que em um dos seus desdobramentos, também se expressa na divisão que separa a vanguarda política da classe trabalhadora. O desejo de radicalização democrática se insurgia também contra as fronteiras do pensamento e a autoridade de enunciação.

De volta a um período de fechamento democrático, com intensificação das práticas autoritárias estatais,

surge também uma necessidade renovada de pensar outras formas políticas que, dentre outros deslocamentos, consiga mais uma vez questionar as formas de produção de conhecimento. Nos deparamos hoje com um mundo em intensa transformação: as formas do trabalho mudaram radicalmente assim como as formas de representação, que hoje se encontram cada vez mais em crise.

O que propomos aqui é uma investigação coletiva que seja demandada pelos problemas que surgem de um novo ciclo de resistência, e que possa assim contribuir para desestabilizar a separação hierarquizante das formas de pensar e agir no mundo. Nossa proposta é simples: uma prática de pesquisa que atue pelas demandas concretas das resistências ao modo de vida neoliberal. É preciso também rejeitar a crítica ao “pensamento intelectual” que vem ecoando entre nós mesmos, lutadores e ativistas. Para superar esses impasses, nosso desafio é ainda maior: afirmar que é da luta e das criações de novas formas de vida que podem nascer reflexões intelectuais criativas e potentes. Da mesma forma, afirmar que não há potência de pensamento que não esteja fortemente implicado em processos coletivos de transformação. Não há pensamento criador sem luta, como não há luta sem produção de conhecimento.

Assumir uma prática de pesquisa na qual estamos todos posicionados, implicados em causas e processos coletivos. Não nos é mais permitido fazer uma ciência ingênua. As feministas bem sabem que sem o corpo, sem a compreensão da economia de relações que fazem os próprios “sujeitos”, suas vulnerabilidades, sofrimentos e cotidianos não é mais possível fazer conhecimento, muito menos política (HARAWAY, 1995). A crença na existência de sujeitos prontos – seja ele o sujeito da classe, seja ele o novo sujeito periférico é uma crença masculina que nunca leva em conta todo o trabalho anterior de relações, vínculos, alimentação, pertencimentos que produz pessoas, pensamentos, “opiniões”. O movimento negro emergente no Brasil também tem produzido formulações imprescindíveis para pensar as formas de ciência. Pensar, por exemplo, como o racismo atua profundamente nas subjetividades, impedindo de forma violenta com que os sujeitos tenham acesso a sua própria fala: como levar a sério essas formulações nas práticas de “aplicação de questionários”, por exemplo? Como cuidar para não estarmos reproduzindo uma certa violência epistemológica contínua?

A dinâmica dos questionários pode ser muito cruel quando ele se torna uma inquisição averiguadora de “valores” dos pobres. Se a aposta for no mundo

do discurso sobre a realidade, não tenham dúvida, ao menos no mundo ocidental, ele sempre estará do lado dos valores dominantes – da periferia de São Paulo ao Bronx. Uma política renovada precisa pensar outras formas de conhecimento sobre a realidade que não estabeleça tribunais, mas ao contrário, que se afete pelos interstícios, pelos escapes – que não negue a dominação, mas que consiga pensar apesar dela e que possa, dessa forma, estabelecer conexões parciais, conversas com aqueles e aquelas com os quais gostaríamos de entender um pouco mais sobre o mundo e as relações (STENGERS, 2017).

Uma ciência que se compromete com a epistemologia das classes dominantes não pode ser outra coisa que não um retrato triste do pensamento colonial e da impotência política, ora pacificando as experiências dos pobres em categorias estranhas como o “liberalismo popular”, ora culpando os próprios pobres por não entenderem nunca as engrenagens da sua própria dominação. É também a expressão de um mundo intelectual que só consegue pensar a si próprio como a vanguarda iluminada da classe – distante, pedagógica, mas intacta em suas certezas.

No entanto, a vanguarda nunca está lá – se estivesse, saberia, por exemplo que o apelo a imagem do “empreendedorismo” é evocado entre várias camadas de experiência: do pragmatismo das “virações” cotidianas de quem sempre foi excluído do assalariamento (especialmente mulheres) até o desejo de poder trabalhar sem um patrão. Quando a pesquisa identifica no “empreendedorismo” um “liberalismo popular” joga fora, de uma vez só, toda uma experiência de classe forjada entre migrações, industrialização e desindustrialização, desempregos constantes, assim como toda a dinâmica pragmática de uma economia popular feita por cabeleireiras, motoboys, faxineiras, ambulantes, as pessoas dos “serviços gerais”, a classe que vive do cuidado.

A pesquisa dispensa também os intelectuais da classe que pensam a periferia porque sentem o que isso quer dizer e desobedecem, mais uma vez, as cercas que pretendem separar “pensadores” de “objetos” de conhecimento: movimentos populares, os artistas periféricos ou que constroem relações com a periferia, as redes de cursinhos populares, movimento negro, feministas, secundaristas, aqueles que fazem as novas batalhas de *slam*, os saraus – deixam de pensar também a partir das tensões geracionais que hoje explodem dentro da própria classe. Uma pesquisa sobre os “pobres”

que se pretende crítica dos poderes dominantes – da ciência ao golpismo – deveria convocar aqueles que estão produzindo pensamento na periferia, nos emaranhados de suas contradições e modos de vida, para pensar desde as hipóteses iniciais até as interpretações dos dados. Toda pesquisa deve ser também a possibilidade de encontros.

Uma das consequências não previstas da ampliação do acesso à universidade no Brasil, com todos os limites desse processo, foi a entrada massiva dos mais pobres, negros e mulheres nas universidades; a proliferação de coletivos feministas, coletivos negros, a luta por melhores condições nas universidades. Um processo não desprezível de tomada de assalto dos lugares de enunciação do conhecimento e que estabelece, pouco a pouco, ritos de desautorização da figura do homem branco intelectual portador da ciência. Desautorizam também as arenas de disputas em torno do que são ou devem ser os pobres. Nos convidam, mais uma vez, a embaralhar as fronteiras que separam pensamento e luta, transformar as práticas de fazer conhecimento.

Não queremos afirmar a “experiência” como um lugar de autoridade: ela é um campo atravessado por inúmeros fatores e circunstâncias. Ela também é produzida por poderes e contra-poderes, violência, a vaga na creche que nunca chega, a passagem que aumenta novamente. No entanto, uma prática transformadora de conhecimento deve por isso apostar na fricção com a experiência ao mesmo tempo que deve também recusar, sempre que possível, a autoridade de um saber “explicativo” e especializado. A pesquisa do Eder Sader (1988) sobre os novos personagens que entram em cena na periferia de São Paulo nas décadas de 1970-80, por exemplo, já levava muitas dessas questões e era movida também por um espírito de criação emancipadora e coletiva que apostava na relação orgânica com a classe para pensar outros caminhos de ação. Aliás, naquela época, a desconfiança dos pobres em relação ao Estado já era evidente. No entanto, muitos intelectuais petistas como Eder Sader extraíam dessa desconfiança, proposições radicais sobre novas formas democráticas, um novo fazer político.

Para derrotar o modo de vida neoliberal, precisamos voltar a perseguir problemas complexos. Eles estão por todos os lados, são produtos também das próprias práticas de resistência. Seria um problema muito mais interessante, por exemplo, pensar como é possível que essa fração de classe que a pesquisa identifica como “liberal” e “solidária aos seus empregadores”

seja também aquela que compõe a base social de movimentos sociais como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Pensar os problemas levantados pelas experiências de arranjos comunitários em curso: cozinhas coletivas, práticas de educação popular, produções artísticas que vem construindo novas linguagens e dispositivos de “politização” mais horizontais, as novas experiências de clínicas públicas de psicanálise, os coletivos de comunicação e midiativismos periféricos, as redes e movimentos que vêm denunciando a violência policial (Mães de Maio, 2012). É que as verdadeiras questões dão trabalho (nascem do trabalho de toda construção coletiva!) e, no fundo, precisamos escolher se vamos pensar com a classe (a classe preta, mulher, jovem, universitária), sobre ela ou contra ela. Pensar, finalmente, como a classe é feita e não dada.

## Para além do binarismo Estado x Mercado

A esquerda que só se concebe do lado do Estado, e contra o mercado, também pode ser produtora de subjetividade neoliberal, criando condições para que, no final do caminho, o sujeito revolucionário transmutado em consumidor do mercado, dispense suas vanguardas e padrinhos, sem que a transição a um governo abertamente pró mercado, por mais diferente, não se constitua em clivagem determinante para a vida das famílias da periferia.

O estudo da FPA conclui inequivocamente que a recusa ao Estado, e afirmação de alternativas a ele, são liberalismo. As massas pobres das periferias só poderiam estar alienadas, embebidas no sonho do mercado. A resposta, e antes dela, a pergunta, diz mais, novamente, sobre quem a fez do que quem a respondeu. Os pobres sujeitos à repressão sistemática do Estado mediante o aparato de segurança e, por outro lado, excluídos dos modos de autopreservação e cuidado público – a educação, a saúde etc – deveriam amar o Estado – e ainda que este funcione mal, talvez, deveriam ter a consciência do seu funcionamento ideal. Deveriam?

A mesma conclusão esbarra em uma armadilha conceitual: como poderia o liberalismo ser contra o Estado? Não foi sob o regime neoliberal que se constituíram enormes redes de repressão policial, desenvolvimento bélico, apropriação dos fundos públicos e expropriação do patrimônio coletivo, espionagem de cidadãos e de fantásticos aparatos de aprisionamento e

punição? O liberalismo, ainda que conteste o “Estado grande”, jamais atuou no sentido de sua abolição, tampouco advogou pela sua diminuição de garantidor da ordem capitalista.

As multidões periféricas, ao conseguirem habitar, cuidar de sua saúde e se proteger da violência física perpetrada pelo Estado, podem ser mais antiliberais do que as tais estruturas antiliberais: a ideia vã de uma dicotomia entre Estado e Mercado, quase como uma batalha do fim do mundo, gera um sistema no qual em um polo está um Mercado planejado pelo Estado e, no outro, um Estado a serviço de um Mercado – a despeito dos arranjos e das gradações, Estado e Mercado estão sempre ali, interdependentes.

O liberalismo pode ser inclusive interpretado como provocação e resposta dos pobres, frente ao Estado da esquerda que não oferece saídas políticas viáveis, nem projetos de sociedade sedutores, e menos ainda o mercado, frente ao qual os pobres sabem, sim, reivindicar o Estado ou, quem sabe, um outro lugar para além da representação e burocratização da vida.

O binômio Estado X Mercado apresentado pela pesquisa perde de vista uma das principais engrenagens do modo de funcionamento do neoliberalismo que, para avançar, precisa que mercado e Estado produzam uma coexistência intrínseca: seja nas ações públicas orientadas por critérios de “produtividade” ou “eficácia”, a “gestão de resultados”; seja no papel crescente das polícias como garantidoras extra-legais da propriedade privada, da especulação imobiliária e na criminalização dos movimentos questionadores da ordem de mercado.

Se a romantização dos pobres e da pobreza é um equívoco, isso não pode ser dito nem pensado sem uma necessária desromantização do saber técnico, neutro e, literalmente, iluminado da ciência pura que se pressupõe, ainda hoje, uma espécie de demiurgo, de ente transcendental capaz de organizar o mundo a partir de seu local privilegiado de observação.

## Uma ciência comum para uma política do comum

Toda ciência fabrica mundos. Um ato de descoberta científica produz novos objetos, novos processos, novos sujeitos e com eles surgem outras recomposições do mundo. É por isso que podemos dizer que a ciência é também política, no seu melhor sentido. Ela cria novas partições, novas dobras e novos pertencimentos com o

real. Na sua versão etnocêntrica e colonial, no entanto, a ciência é política no mal sentido; ela fecha mundos, se interpõe sobre caminhos divergentes, ela “limpa”, “barra” as diferenças, classificando e organizando tudo no lugar narcisista do Eu. É política do poder, da ordem e do progresso.

O desafio de construir outras formas de produção de conhecimento exige também a invenção de outras formas políticas. Outros corpos: nos exige presença. Como seria essa ciência comum potencializadora de outros mundos compartilhados? E o que pode acontecer se partirmos de uma perspectiva parcial, situada e incorporada e que fosse movida pelos problemas dos modos de existência? O que acontece se renunciarmos de partida às ambições projetivas e as totalidades pré-constituídas ou mesmo à eleição de um ponto de vista privilegiado a partir do qual explicamos todo o ordenamento do social? Se todo saber é também poder, como seria produzir um saber insurgente de uma forma política também desconhecida?

Inspiramo-nos aqui na experiência de diversos movimentos sociais, comunidades afetadas (por problemas de saúde, desastres ambientais, conflitos etc), minorias organizadas que a partir de sua experiência e saberes produzem junto a outros atores cognitivos e políticos (pesquisadoras e pesquisadores profissionais ou amadores, ativistas, gestores engajados entre outros), novas formas de organização e luta simultaneamente à produção de conhecimentos contra-hegemônicos. Neste processo, surgem também novos sujeitos políticos. Encontros de saberes e formas diferentes de vida interessadas na co-criação de mundos. A experiência de mulheres que se organizam e que produzem saberes que interrogam as práticas e protocolos médicos, num ataque direto à biopolítica dos sistemas de saúde; os trabalhadores então invisibilizados ou silenciados que criam seus centros de pesquisa e documentação e confrontam as estatísticas oficiais (como foi a criação do Dieese); indígenas e quilombolas cujos saberes são indissociáveis da produção das formas de suporte à vida em comum; hackers e suas comunidades cujas práticas modificam o regime de visibilidade da vida contemporânea tecnicamente mediada, produzindo política através de tecnologias aparentemente neutras, criando clivagens que dão a ver os novos processos de produção de valor e as técnicas renovadas de governo das populações.

Se criamos espaços de escuta, novas linguagens podem ser inventadas (ao invés de ficarmos operando

mediações que encaixam o pensamento dos outros em nosso mundo). Talvez seja mais do que tradução, mas a pura invenção de uma outra linguagem comum, por isso, também criadora de outras comunidades políticas. Os regimes de subjetivação que nos constituem são muito heterogêneos. Se desejamos criar novos entendimentos, capazes de fazer proliferar a multiplicidade do real, teremos que aceitar as indeterminações e os trajetos experimentais. Disputemos a imagem do laboratório! Ao invés da sala limpa, pensemos num laboratório contaminado (LAFUENTE; ESTALELLA, 2015). Nossa hipótese é de que podemos constituir um novo laboratório (que fabrica novos sujeitos, novos objetos, novos mundos) junto àqueles que estão produzindo novas formas de vida em comum, agindo contra o desmanche de algo que é comum e encontra-se ameaçado pelas forças em jogo. Porém, este comum não é necessariamente conhecido ou visível. Ele é aquilo que é produzido entre todos, e não para todos. Mas justamente por isso, é frequentemente imperceptível. Ele pode ser o silêncio da noite, a qualidade do ar que respiramos, o tempo que temos para cuidar dos próximos, nossos trajetos na cidade e até o trabalho que temos (como é difícil definir hoje as bordas do trabalho e do não-trabalho!).

Como seria a política dessa forma de conhecer? Talvez, ela também seja inventada justamente ali onde se produz a vida mais ordinária. Nossa hipótese, é que esta forma de conhecer surge simultaneamente à formação de novas comunidades políticas que, para além do regime da representação, produzem a política de forma imanente à vida. Se ela realiza no presente sua política, não é que ela seja prefigurativa da forma política a se construir noutras escalas. Sua política é da ordem de uma singularidade. Ela é menor, situada, parcial, incorporada, da mesma forma que o conhecimento que a produz.

Apostamos que nesta forma de conhecer por meio desta política do comum, novas individuações coletivas – de ordem transindividual – podem emergir. Por isso, não há forma política a ser preenchida. E isso é o mais difícil no atual momento. Manter os canais de enunciação, de práticas cotidianas, de formas múltiplas de pertencimento, todos abertos à proliferação de outras formas de vida (mais solidárias, mais emancipatórias, mais autônomas etc) também demanda a capacidade de lutar contra todas as formas de opressão,

homogeneização, sujeição e exploração. Essa forma de conhecer que desejamos praticar com essa política, é sempre feita a favor de algo e contra algo.

## Conclusões tão precárias como a classe: por outras práticas de pesquisa-luta!

Uma ação política emancipatória que realmente queira sair de seu beco sem saída precisa, sem dúvida, atravessar os muros que nos separam não apenas fisicamente, mas os muros que interditam o desejo, o pensamento, as práticas de existência em comum

O problema da liberdade e da emancipação coletiva, da construção de mundos que buscam superar opressões e muros, é um problema que nos situa, todos e todas, em um terreno comum. Isso quer dizer que, apesar de todas as experiências de lutas, das mais vitoriosas até as derrotadas, apesar de todas as teses, ensaios, questionários, não há fórmula-guia que possa nos confortar e mostrar a salvação. Não sabemos. Ou apenas sabemos que nosso saber não pode ser interposto a outros saberes. Não há um plano pronto a ser executado e nesse sentido, toda pesquisa que se pretende comprometida com um projeto de transformação deve conter, desde o início, a possibilidade de experimentações e criações. A relevância de uma pesquisa engajada pode ser testada pela possibilidade que ela oferece de fazer sentido para as pessoas, em suas vidas comuns, para a produção de novos mundos.

Perseguiamos a hipótese de que um conhecimento ativo pode ser produzido a partir dos ruídos com a experiência, extrapolando os lugares de autoridade e ser o resultado de alianças e relações entre diferentes saberes situados e desejantes de um projeto comum. Não é mais permitido (ou legítimo) produzir um saber sobre os “outros” de modo instrumental, reificado e não-solidário. Uma pesquisa acontece quando compomos alianças. Nossa prática de investigação se deseja híbrida e acontece no meio, no entre pesquisa-luta, sua terceira margem. Em certo sentido, é uma forma de conhecer antiga, mas que no atual contexto adquire novas configurações graças às metamorfoses nos regimes de poder e suas formas de saber: os antigos centros de produção de verdades e seus dispositivos multiplicaram-se e há também novas concentrações, fazendo emergir novos campos de lutas.

Um laboratório ocupado por corpos e saberes interpelados pelo problema da fabricação de um mundo

em comum. Pesquisadoras, pesquisadores que sejam capazes de farejar onde estão as dobras que podem nos mover, as questões que os poderes dominantes tentam esconder a qualquer custo, que possam produzir interferências no sistema hierarquizado de saberes e que possam, de fato, sonhar com outros mundos mas também praticá-los. Enfim, abandonar o delírio de fazer uma ciência neutra que revele as “percepções” dos pobres (pra quê? pra quem?) e ensaiar novos laboratórios povoados de corpos, afetos, interferências.

Fazer mundos exige escuta, é entender com outros, exatamente o que precisa ser feito: novas infraestruturas para a vida coletiva; espaços que possibilitem decisões coletivas sobre a vida comum, pensar o compartilhamento dos cuidados, gerir o problema do desemprego e produzir novas sustentabilidades, criar novas práticas de co-formação que possam se multiplicar, redes de proteção contra violência do estado, novas linguagens e, dessa forma, apontar para outras formas de vida que não estejam encerradas no binarismo Estado X Mercado. Pensar com outros – levar a sério as diferenças, suas contradições, formas de vida, práticas de existência. A classe sempre está por fazer-se, não há uma substância a ser revelada.

Contra a melancolia da vida neoliberal e suas práticas de conhecimento impotentes, cultivemos os afetos alegres de uma ciência implicada e comprometida com a produção de formas de vida em comum, mais solidárias e emancipatórias.

## Referências

- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- ENLACE ZAPATISTA. Algumas primeiras perguntas às ciências e suas consciências. *Enlace Zapatista*. México: EZLN. <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2017/01/19/algumas-primeiras-perguntas-as-ciencias-e-suas-consciencias/>, 2017.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos Pagu*, 5, pp. 7-41, 1995.
- LAFUENTE, Antonio; ESTALELLA, Adolfo. Modos de ciência: pública, abierta y común. In ALBAGLI, S.; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud. (Org.). *Ciência Aberta*, questões abertas, 1º ed., v. 1, pp. 121-142, Rio de Janeiro, 2015. <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1060>. Acesso em 10/07/2017.
- MAËS DE MAIO. *Mães de Maio: Mães do cárcere – a periferia grita*. São Paulo: Nós por nós, 2012.

OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO. *Investigação Operária: Empresários, Militares e Pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo:IIEP/Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas, 2014.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1988.

STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. *Caderno de Leituras*, n° 62, Belo Horizonte, Horizonte:Chão de Feira, 2017 (Tradução: Jamille Pinheiro Dias).